

AS INCORPORAÇÕES, AQUISIÇÕES E FUSÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: À LUZ DE RELATOS DOS GESTORES EDUCACIONAIS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

THE INCORPORATIONS, ACQUISITIONS AND MERGERS OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: IN LIGHT OF REPORTS FROM EDUCATIONAL MANAGERS OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Francisco Nilton Gomes de Oliveira 1
Josiane Bertoldo Piovesan 2
Wagner de Moura Oliveira 3
Suzel Lima da Silva 4

1 Possui graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade de Fortaleza, Mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM do Departamento de Terapia Ocupacional, Docente do Mestrado Educação Profissional e Tecnológica no Colégio Técnico Industrial na Universidade Federal de Santa Maria. É Pesquisador na Rede de Estudos em Universidade (Rede GEU) da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, numa interlocução interinstitucional das Universidades Federais de Santa Maria (UFSM) e Porto Alegre (UFRGS) - UFSM. E-mail: niltonoliveira@superig.com.br

2 Graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Ensino de História. Atualmente é mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica- UFSM. E-mail: wagnermoura56@gmail.com

3 Graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Ensino de História. Atualmente é mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica- UFSM. E-mail: wagnermoura56@gmail.com

4 Terapeuta Ocupacional graduada pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2013. Atualmente é aluna especial do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica- UFSM. E-mail: suzellima2@gmail.com

Resumo: Os cenários de privatizações do ensino superior e as políticas educacionais se deparam com novos paradigmas. O ensino passa a ser tratado como uma mercadoria, tal processo advindo das políticas neoliberais acaba avassalando um nicho de empresas injetando capital financeiro no setor educacional, gerando fortunas com este ensino, que cada vez mais vai se tornando lucrativo, visto os novos paradigmas de globalização, de tecnologias e de mundos do trabalho. O estudo foi oriundo de um projeto de pesquisa, que vislumbra discutir as incorporações, fusões e aquisições da educação superior no Brasil. Foi realizado uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, que incluem 100 gestores educacionais atuantes na educação superior no Brasil. Neste papper apresentaremos uma categoria que remete a expansão da educação superior e o olhar de gestores que trabalham na Educação Superior. Para isto apresentaremos recortes de resultados a partir de uma análise quantitativa. Conclui-se que o estudo aqui analisado, que os gestores investigados nesta pesquisa, embora sejam de instituições privadas, não compactuam com este novo modelo educacional, cogitando-se com a eficiência e a qualidade desse ensino. É provocador este resultado, pois são vinculados às instituições privadas. Constatando-se que esses gestores atuam nos gerenciamentos destas instituições superiores, mas não corroboram com o modelo administrativo das IES, os quais são empregados.
Palavras-Chave: Educação Superior; Mercado Educacional; Gestão Universitária.

Abstract: The scenarios of privatization of higher education and educational policies face new paradigms. The teaching happens to be treated as a commodity, such a process of neoliberal policies has just avassalando a niche firms injecting capital in the educational sector, generating fortunes with this teaching, which increasingly is becoming profitable, since the new paradigms of globalization, technology and work worlds. The study was originally from a research project, which envisions discuss the incorporations, mergers and acquisitions of higher education in Brazil. survey was conducted qualitative and quantitative, which include 100 educational managers acting in higher education in Brazil. In this papper present a category that refers to the expansion of higher education, and the gaze of managers who work in Higher Education. For this we cutouts of results from a quantitative analysis. It is concluded that the study analyzed here, that the managers investigated in this research, although they are private institutions, not compactuam with this new educational model, considering the efficiency and the quality of teaching. This result is provocative, because they are tied to private institutions. Noting that these managers act in the management of these higher institutions, but do not corroborate with the administrative model of the ihes, which are uk employees.
Keywords: Higher Education, commercialisation and Management Univesitária.

Introdução

A sociedade contemporânea vem passando por modificações muito rápidas e transformadoras, muito pelo fato da fluidez das novas tecnologias. No campo político e econômico, agora muito mais globalizado, não é diferente. Soma-se a este cenário, o setor educacional, que embora apresente um avanço quantitativo sob a perspectiva de novas instituições de Ensino Superior (IES) privadas, torna-se preocupante a dificuldade financeira para manutenção de tais espaços, com a garantia de qualidade estabelecida pelo Ministério da Educação.

Nesse sentido, percebe-se que mudanças e expansões precisam acontecer para que a sociedade se encaminhe e se enquadre nestas rápidas transformações. O que não significa que com tais mudanças e expansões haverá somente benesses, muito pelo contrário, muitas delas podem retrogradar por más decisões de governantes, gestores e da própria sociedade, como é o caso da educação superior, especialmente a brasileira, na qual será abordada neste artigo, alvo de muitos debates no que diz respeito às incorporações, aquisições e fusões de grandes grupos educacionais no Brasil.

Na concepção de ajustes e configurações da economia e política mundial, a educação superior brasileira, em quase sua totalidade, tem se enquadrado na influência de políticas neoliberais, o que faz da educação uma mercadoria (SAVIANI, 2008). Diversos órgãos mundiais, provenientes do setor bancário, comercial e empresarial vem investindo assiduamente na educação, em especial na educação superior. O sistema brasileiro político da década de 1990, e pode-se dizer até o presente, se enquadrou em um sistema neoliberal, de maneira com que tudo é pensado visando o mercado internacional, o que não foi diferente com a educação superior. Neste contexto os números e índices educacionais internacionais passaram a se configurar, o sistema brasileiro educacional com índices muito abaixo do esperado, sim, precisava de mudanças, porém deixou de conceber uma educação superior totalmente gratuita e dever do Estado, entregando grande parte desta responsabilidade a grandes grupos educacionais, propiciando um aumento acentuado de instituições privadas de ensino, não somente superior, mas em todas etapas.

Os progressos ocorridos na sociedade vêm requerendo, com que, cada vez mais as pessoas estejam capacitadas e habilitadas para adentrar ao mercado de trabalho, necessitando de uma educação básica e superior de qualidade. Em se tratando de uma economia capitalista, isto demanda que ocorra uma expansão na Educação Superior, que ofereça oportunidade a todos, facilite o processo de ingresso no sistema educacional como um todo, promovendo uma qualificação e requalificação de trabalhadores, seja no campo ideológico ou prático.

Esse processo, é atrelado a um mercado altamente lucrativo para as Instituições de Educação Superior (IES), porém problemático, no que tange ao nível de educação oferecida, crises econômicas e competências gestoras.

Reverberando essas questões, foi realizado uma pesquisa com gestores de redes de Educação Superior privada, vislumbrando discutir as incorporações, aquisições, fusões na educação superior brasileira.

Balizadores teóricos

A partir da década de 1990, ocorreu a expansão quantitativamente de Instituições de educação superior (IES), isso acontece devido a intensificação da das demandas de formação do trabalhador e também das novas conformações capitalistas (BRITTO et al., 2008). Nos últimos 20 anos o país assistiu a uma notável crescimento no Ensino Superior, nos anos 90, somavam-se 1.540.080 estudantes matriculados nesse ensino no Brasil, esse número se elevou a 2.694.245 estudantes no ano de 2000 e 6.379.299 em 2011 (NEVES, 2012).

Ao falarmos sobre expansão, devemos citar que existe um fenômeno relativamente recente e em crescimento acelerado no modelo de expansão, que é a mercadorização (SGUISSARDI, 2008). Sobre isso destaca-se o Decreto 2.306/97 que reconhece a educação como objeto de lucro ou acumulação, o que seria de interesse de empresários da educação, conhecida como “mercadoria-educação” (RODRIGUES, 2007, p. 5). O artigo 7º do mesmo Decreto 2.306/97 estabelece que as instituições privadas, com finalidade lucrativa, ficam submetidas ao regime de legislação mercantil, uma vez que, são administradas e mantidas por pessoas físicas (SGUISSARDI, 2008).

No sistema de educação superior, cada instituição de ensino superior cumpre um papel

determinado, as universidades de pesquisa, geralmente conhecida como públicas, aquelas sem fins lucrativos, tem por meta prezar pela excelência em seu ensino (MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A, 2006). Os estabelecimentos privados, que são os institutos profissionais, são aquelas com fins lucrativos, reconhecidas por sua vez por uma formação “técnica” ou “formação para trabalhos específicos”, o que transforma-as em íntima relação com o mercado de trabalho (MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A, 2006).

Os dados de expansão das IES, se manteve e se acentuou intensamente, conforme os dados do Censo da Educação Superior, o MEC registrou em 2004, a abertura de 6 novos cursos de Ensino Superior por dia, o que acarreta em um número demasiadamente grande e preocupante para nossa educação superior (MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A, 2006).

A principal ferramenta para as expansões institucionais, expansão das reformas educacionais e organização, é a avaliação. A avaliação, segundo Sobrinho (2010):

Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. Enfim, tem a ver com as transformações desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade, em geral, do presente e do futuro (SOBRINHO, 2010, p. 195).

A expansão do ensino superior vem sendo cada vez mais expressiva, corroborando com as relações entre acesso e equidade. Apesar dessa crescente expansão, a raiz do problema ainda persiste, uma vez que, a pirâmide educacional é uma realidade profundamente perversa que só permite acesso a educação superior por uma minoria de estudantes (Neves, C. E. B., Raizer, L., & Fachinetto, R. F., 2007).

Por mais que na América Latina haja movimentos sociais e de intelectuais, engajados contra privatizações e monopólio de grupos empresariais no ramo do ensino, os governos têm priorizado o mercado para as necessidades do ensino superior, definindo políticas e outros meios para que grandes empresários do setor de educação acabam dominando questões educacionais em grandes nações Sul Americanas. A partir de mecanismos legais, formalizados através de políticas, no qual os governos transferem as responsabilidades do setor público ao setor privado.

Agapito (2016, p.4) destaca que:

[...] esse movimento de resistência continuará sendo percebido no contexto dos anos 1990 em decorrência da ofensiva neoliberal que estabelece medidas de privatização dos órgãos estatais e redução dos investimentos públicos nas políticas sociais, dentre estes cita-se: implementação de programas que abrem o espaço das universidades públicas (federais e estaduais) para entrada de capitais privados, através do financiamento de pesquisas científicas e também, a desestruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos docentes e dos funcionários administrativos.

A mercantilização do ensino vem fragilizando os sistemas públicos de educação, o enfraquecimento das políticas e de uma gestão democrática acabam sendo infinitamente prejudicadas. Se construiu um contexto em que passou-se acreditar que o setor privado é superior ao setor público em vários aspectos, porém na realidade e segundo índices de avaliações o ensino público tem números muito mais elevados e uma qualidade muito maior. Tal imaginário constrói a fragilidade do ensino público, de maneira com que os governos deixem de investir, sucateando o ensino público para dar espaço ao setor privado de educação.

Para Bechi (2011, p. 139): “Para compreendermos a problemática que envolve a mercantilização do Ensino Superior é necessário, primeiramente, refletir sobre algumas das transformações sócio-político-culturais ocorridas nos últimos anos.” Diante desta afirmativa se torna importante entender o contexto neoliberal no Brasil no início dos anos 1990, pois tal política

econômica remodelou muitas das políticas e leis do país, no campo educacional foi onde abriu-se as portas para empresários do ramo educacional abrirem suas instituições, com aval governamental.

Dada tal fragilização do ensino e sistema público de educação, condensa um ambiente propício para a fomentação e crescimento de instituições privadas com um baixo custo, tanto para implantação, quando em mensalidades, gerando um baixo nível de ensino e uma má qualidade, segmento este que é inteiramente voltado para uma população de baixa renda, onde acaba encontrando uma maneira de ingressar em um curso superior mesmo com suas dificuldades, seja financeira ou social. Tal perspectiva acaba se tornando um ciclo visando lucros sobre a educação, deixando de lado o papel fundamental da educação na construção de seres humanos para o mundo, em vários aspectos.

Seguindo este ponto de vista, Vallina, Lopes e Sasaki (2018, p.33) destacam que:

Os anos seguintes são marcados por um processo de crise na universidade brasileira dada à escassez de recursos financeiros, estancando o crescimento das instituições privadas inferindo, assim, sua finalidade lucrativa. No entanto, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, uma extraordinária expansão consolida o ensino superior privado, possibilitando compras, vendas e fusões de estabelecimentos educacionais. A essa expressiva exploração econômica do ensino superior denomina-se de “mercantilização da educação”

O caráter público da educação, assim como preceitos de democracia acabam se tornando vulneráveis na medida em que responsabilidades de caráter governamental e público passam ao setor privado. Elementos essenciais para a manutenção de Leis e medidas políticas ligadas à educação ficam fragilizadas, pois com a grande influência de grandes corporações empresariais do ramo educacional, conseguem movimentar toda uma política e economia de um país, de acordo com os seus interesses. Derrubando o caráter democrático do setor público.

Conforme esta aceitação, Vallina e Lopes (2017, p.5) asseveram que:

A mercantilização da educação trouxe muitos entraves para a educação brasileira, uma vez que a mesma transformou-se em organização social abandonando a pesquisa e a extensão universitária para se dedicar ao ensino em um mercado competitivo, assim como subordinou a formação e a produção acadêmica às condições e exigências do mercado financeiro, ou seja, a educação transformou-se em grande capital.

Para tanto se faz necessário um instrumento institucional de avaliação para que os processos de administração do ensino, qualidade, infraestrutura, corpo docente estejam com condições necessárias para a melhoria do ensino e da pesquisa, como uma forma de democratização do ensino, provendo instrumentos balizadores capazes de monitorar as instituições levando-as a um padrão excelente de qualidade de ensino.

Perante os cenários de privatizações do ensino superior, pela exploração econômica do mesmo, as políticas educacionais se deparam com novos paradigmas. O ensino passa a ser tratado como uma mercadoria, tal processo advindo das políticas neoliberais acaba avassalando um nicho de empresas injetando capital financeiro no setor educacional, gerando fortunas com este ensino, que cada vez mais vai se tornando mais lucrativo, visto os novos paradigmas de globalização, de tecnologias e de mundos do trabalho.

Metodologia

O estudo foi oriundo de um projeto de pesquisa, que vislumbra discutir as incorporações, fusões e aquisições da educação superior no Brasil. Foi realizado uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, que incluem 100 gestores educacionais atuantes na educação superior no Brasil. Neste *papper* apresentaremos uma categoria que remete a expansão da educação superior e o olhar de gestores que trabalham na Educação Superior. Para isto apresentaremos recortes de

resultados a partir de uma análise quantitativa.

Fonseca (2002, p. 20) sobre a pesquisa quantitativa, esclarece que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade.

Os sujeitos da pesquisa foram gestores de instituições de ensino superior privadas tais como: reitores, diretores, pró-reitores, procuradores institucionais e coordenadores de curso.

A coleta de dados foi realizada no período de agosto/2017 à março/2018 em diferentes estados brasileiros. Foi aplicado um questionário fechado que continham afirmações relacionadas a educação no ensino superior, com as opções de respostas pré-estabelecidas: concordo, concordo parcialmente, discordo e discordo parcialmente.

Os dados foram analisados a partir dos gráficos e debatidos conforme a literatura vigente.

Esta pesquisa tem como orientação ética os requisitos da questão 466/12 do Ministério da Saúde. Os professores serão informados sobre os objetivos da pesquisa e só serão sujeitos partícipes na anuência e consentimento para a execução do estudo. Não há riscos para a execução da pesquisa por se tratar de uma entrevista e os dados obtidos serão sigilosos. Os resultados da pesquisa serão publicados em revista de educação cujo qualis seja de relevância científica.

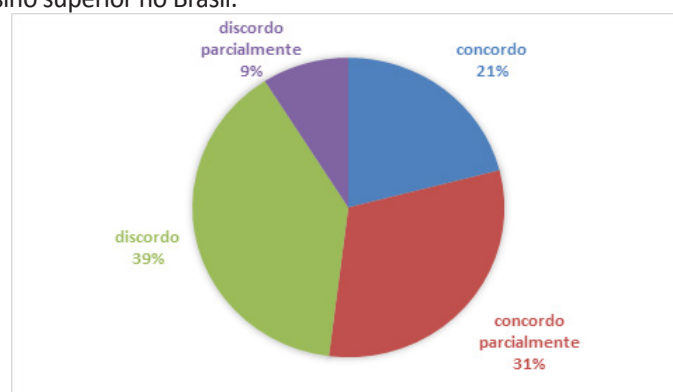
Resultados e Discussão

Trazendo para a discussão as variáveis consideradas na pesquisa, podemos compreender as dimensões e noções das gestões de ensino superior. Os argumentos aqui trazidos são para reflexões no que diz respeito à incorporação de grandes grupos educacionais no ensino superior no Brasil, por meio de relatos dos gestores educacionais de faculdades, centros universitários e universidades.

Implica-se aqui, não somente reduzir a análise da pesquisa a somente uma mera descrição. Apreende-se aqui verificar e refletir a respeito das convicções destes gestores. Tal perspectiva implica em analisar os atores deste processo, para que se tenha uma percepção dessa expansão da educação superior por meio das incorporações no Brasil.

Quando indagamos aos gestores se há dominância de grandes grupos educacionais na Educação Superior no Brasil, se essa prática implica numa qualidade do ensino, 39% dos gestores entrevistados discordam dessa premissa; Ou seja, 59 dos entrevistados não estão de acordo com a afirmação. Mostrando que tal discordância forja uma reflexão a respeito da qualidade na educação superior administradas por grandes grupos do ramo da educação superior, assim como, fica evidente o caráter mercantilista que se propaga no contexto denominado de nova república no Brasil, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1. A dominância de grandes grupos educacionais na educação superior é salutar para qualidade de ensino superior no Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

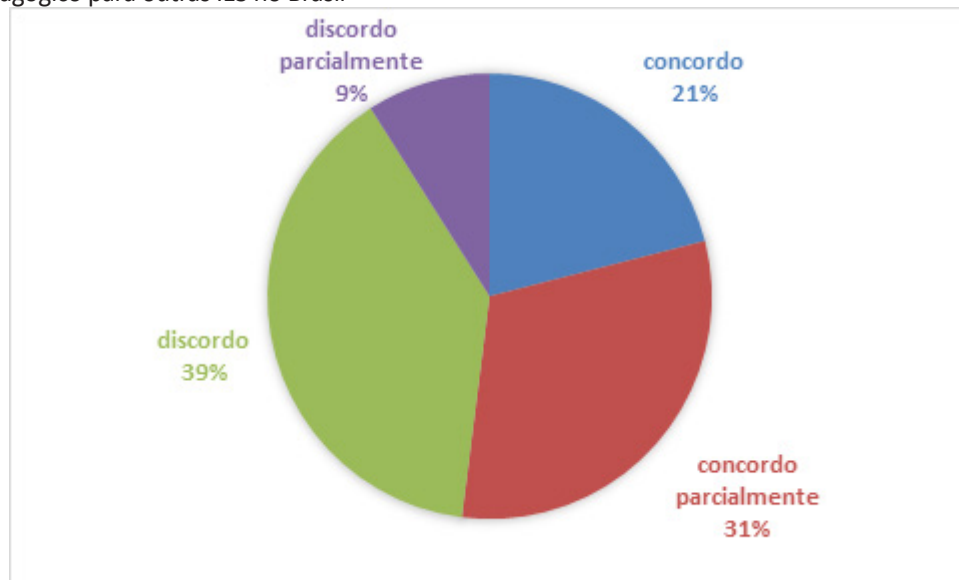
O cenário presente na educação superior hoje, conta com grandes empresas e empresários, que administram grupos educacionais, fortemente presentes e de grande significância perante a sociedade. Porém, os gestores discordam que estas sejam benéficas para a qualidade da educação superior no Brasil.

Neste monte Apple (2005, p. 18) reverbera que o cenário da educação superior foi modificado, e passa a ser considerado como “[...] um vasto supermercado. As escolas e inclusive os nossos alunos tornam-se mercadorias que são compradas e vendidas do mesmo modo como se compram e vendem outro gênero de mercadorias”. Isso explica a posição dos gestores quando questionados sobre essa questão. Os empresários destes grupos educacionais, estão geralmente mais preocupados em vender o seu produto, que é o ensino, para obter lucros. Uma vez que, nem todos os alunos conseguem adentrar ou se manter junto ao sistema público de ensino. Faz-se através destes empecilhos sociais e pessoais, um aproveitamento por parte dos grandes grupos, para crescimento e obtenção de lucro, o que muitas vezes não é sinônimo de educação de qualidade.

Outra questão relevante, nos faz pensar sobre o que se entende por qualidade no ensino quando relacionamos a educação com IES privadas. Para além das boas estruturas, os gestores ainda vislumbram que a qualidade do ensino está sim atrelada à uma equipe de docentes capacitados para tal função, a projetos pedagógicos diferenciados, uso de metodologias ativas, acessibilidade, acervo bibliográfico abundante, promoção da autonomia do aluno frente ao seu processo de formação e humanização dos serviços.

A segunda afirmação realizada durante a pesquisa relata sobre os modelos de gestão. “Os modelos de gestão desses grandes grupos servem de suporte administrativo e pedagógico para outras IES no Brasil”. A partir dessa afirmação, 50 dos gestores participantes da pesquisa discordam, isto contempla, 39% dos entrevistados, assim como segue a demonstração no Gráfico 2.

Gráfico 2. Os modelos de gestão desses grandes grupos servem de suporte administrativo e pedagógico para outras IES no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores.

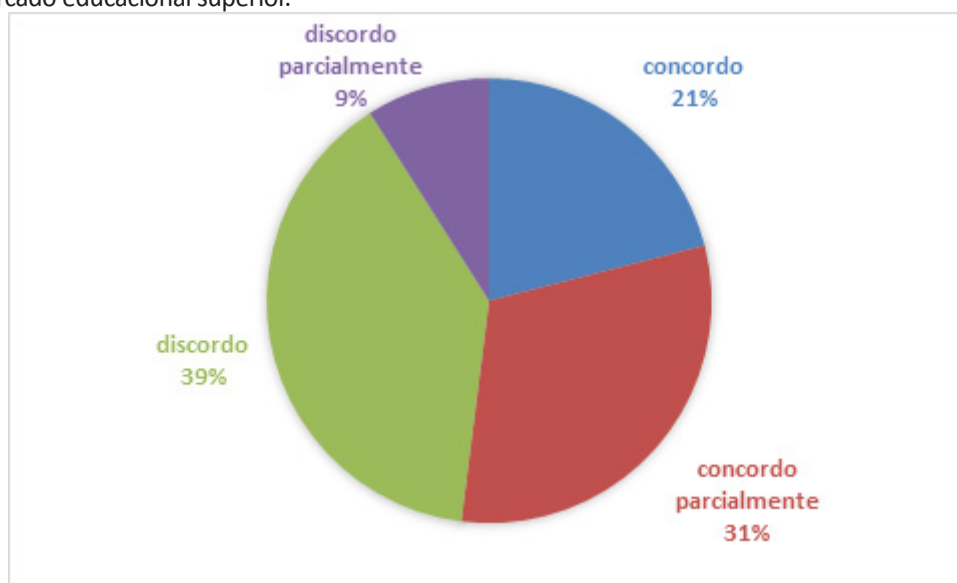
O resultado para esse questionamento, assemelha-se ao gráfico anterior, o que nos faz remeter novamente à definição de qualidade no ensino privado. Levando-se em conta o cenário atual, se observa que os gestores permanecem com o ideal de que grandes empresas do ramo educacional buscam a diferenciação frente ao ensino público.

Neste sentido, suas inovações tecnológicas, novos modelos de gestão e melhores práticas administrativas e financeiras são os diferenciais para que os serviços ofertados sejam aderidos pelos alunos. Essa concepção de gestão é fortemente exigida pelos grandes grupos educacionais. Sob a feição de modelos de gestão estudos sinalizam que há uma certa precariedade no modelo de gestão das IES, tendo em vista que os gestores que administram esses grandes grupos educacionais

têm uma formação pedagógica incipiente com vasto conhecimento no campo administrativo. Neste condão, os gestores destes grupos educacionais estão melhores preparados para transformar a educação em lucro. Segundo Oliveira (2014), a uma incipiência de gestores na Educação Superior, geralmente este gestor não tem o conhecimento básico no que concerne regulação, avaliação da Educação Superior, metodologias e pedagogias inovadoras bem como pouco conhecimento de princípios e métodos pedagógicos.

Quando questionados na subcategoria 3 aos entrevistados: “você acredita que esses grandes grupos serão os únicos a sobreviverem futuramente no mercado educacional superior”, o resultado apresentou que 39% dos gestores discordam dessa realidade (Gráfico 3). Para essa questão, vislumbra-se que a nível de Brasil, ainda temos como dever do Estado dispor à qualquer sujeito o direito à educação, sendo dever do Estado a garantia da educação à sua população.

Gráfico 3. Você acredita que esses grandes grupos serão os únicos a sobreviverem futuramente no mercado educacional superior.

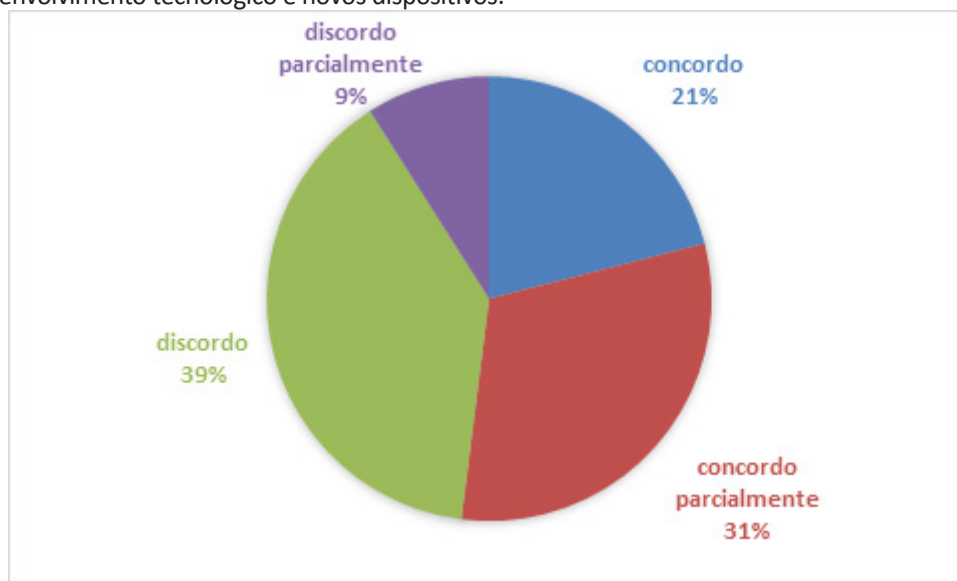


Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe pensar aqui, que nesse contexto amplo de mudanças atuais, por mais precárias às vezes o ensino em nosso país, valorizar a educação ainda é essencial para que possamos pensar em evolução para a qualidade dos profissionais e serviços prestados na sociedade capitalista em que vivemos. A educação Brasileira está necessitando de mais investimentos a cada dia. Não há garantia que por meio das incorporações no ensino superior que ocorrem no Brasil, exista uma qualidade e eficiência da educação superior no nosso país. Há uma necessidade, de uma avaliação do estado e de um regulamento no que diz respeito às aquisições e fusões dos grandes grupos educacionais que incorporam atualmente no Brasil.

Para o último item, os gestores responderam a seguinte aceção “Esses grandes grupos educacionais estão melhores preparados para lidar com desenvolvimento tecnológico e novos dispositivos”. A amostra resultou em 77 (39%) dos sujeitos discordam, conforme gráfico 4.

Gráfico 4. Esses grandes grupos educacionais estão melhores preparados para lidar com desenvolvimento tecnológico e novos dispositivos.



As grandes instituições de ensino Superior no Brasil que incorporam tem patrimônios financeiros satisfatórios, dessa forma investem financeiramente e tem disponíveis recursos tecnológicos inovadores. Porém, não há garantias que os professores estejam preparados para lidarem com estes recursos tecnológicos, bem como, não implica em uma eficiência e qualidade no ensino em sala de aula (OLIVEIRA, 2014).

Nessa premissa, conforme a pesquisa aponta que parte dos gestores corroboram que estes grandes grupos não estão preparados para o desenvolvimento tecnológicos. Conjectura-se que este resultado por meio da pesquisa engendra-se que não garante eficiência e qualidade no ensino superior.

Como quase sempre há um patrimônio financeiro satisfatório dessas IES geralmente elas apresentam em termos de quantidades dispositivos tecnológicos dos mais diversificados, atraindo ao alunado. Essas IES investem nas instalações físicas e nos recursos tecnológicos como forma de atrair o discente que por vezes fica encantado com o que ele vê, com o que é mostrado pela IES. Sendo assim, os grandes grupos educacionais investem maciçamente nesta dimensão. Há críticas no que diz respeito ao investimento, ao corpo social da IES bem como, na organização didático pedagógica, sendo questionado o papel da mercantilização da educação superior no Brasil.

Considerações finais

Neste estudo foi possível analisar e discutir a visão que os gestores do Ensino superior privado no Brasil tem das incorporações, fusões. Evidenciou-se na pesquisa, através dos resultados apresentados na discussão, que os gestores responderam os questionários .

As instituições de ensino superior de menor porte tem padecido para sobreviverem no mercado educacional, essa situação levam os grandes grupos educacionais a incorporarem essas instituições. O fenômeno das aquisições, incorporações e fusões emergido a cerca dos anos 2000 no Brasil, todavia, essa tendência já era culminada na Europa e nos EUA. As instituições passaram a adotar no Brasil novas estratégias em face a concorrência acirrada e o surto expansivo da Educação superior no Brasil.

O fenômeno da mercantilização passa a ser mais observado por meio das aquisições, realizada pelo *private equity* e pela abertura de capital das instituições de ensino superior na bolsa de valores a partir de 2007. Com a abertura de capital e na oferta pública de ações, empresas como a Kroton Educacional S.A, Estácio Participações S.A, Sistema Educacional Brasileiro S.A, dentre outras, vendem ações no mercado aberto. Essa prática no Brasil retrata uma lógica atual de uma mercantilização da educação superior no Brasil. Estes grupos são grandes aquisidores de outras instituições de ensino superior no Brasil perpetrado numa lógica de uma educação de lucro,

implicando num novo modelo de instituições de ensino superior no Brasil. Essa lógica das IES nem sempre são coadunadas com que se espera da educação superior no Brasil, promovendo conflitos entre os valores educacionais e dos negócios face que a missão dessas instituições é o lucro.

No estudo aqui analisado verifica-se que parte destes gestores, embora sejam de instituições privadas, não compactuam com este novo modelo educacional, cogitando-se com a eficiência e a qualidade desse ensino. É provocador este resultado, pois são vinculados às instituições privadas. Constatando-se que esses gestores atuam nos gerenciamentos destas instituições superiores, mas não corroboram com o modelo administrativo das IES, os quais são empregados.

Torna-se necessário um acompanhamento ou controle do ministério da educação e dos órgãos responsáveis pela regulação do ensino superior no Brasil para este fenômeno das incorporações, fusões e aquisições no Brasil, cingindo o aprofundamento dessa temática e aprofundamento para novas pesquisas.

Referências

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. São Paulo: DP&A Editora, 2005

BECHI, Diego. **Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 33, n. 1, p. 139-147, 2011.

BRITTO, Luiz Percival Leme et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do aluno “novo” da educação superior. Avaliação, Campinas, v. 13, n. 3, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia; SASSAKI, Yoshiko. **A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate**. Interfaces Científicas - Educação. Aracaju, V.6, N.2, p. 29 - 44, Fevereiro – 2018.

LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia. **A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate**. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/amercentilizacaodoensinosuperiornonocontextoatualconsideracoesparaodebate.pdf>> Acesso em: 23-09-2018.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Helena. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 179-198, 2006.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellingine. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157, 2007.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **Trabalho apresentado no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), São Francisco, Califórnia**. 2012.

OLIVEIRA, F. N. G.. **Educação Superior: refletindo caminhos e compartilhando relatos de experiências**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2014. v. 1. 96p.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SGUISSARDI, Valdermar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, 2010.

TIBA, Sandra Jane Navarro; KASSAI, José Robereto. A aplicação do Relatório de Sustentabilidade como instrumento de gestão e de fortalecimento da imagem institucional frente à sociedade e ao mercado de capitais – estudo de caso com IES de capital aberto. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1092984/mod_resource/content/1/Sandra%20Navarro%20Tiba%20%28vk1%20jun12%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 27 set 18.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.